

BALANÇO GERAL – 2007

Avanços e conquistas

O ano de 2007 foi, sem dúvida, especial para o Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais e seus associados. Completamos 60 anos de existência, uma bela história construída com muita luta e respeito aos ideais e expectativas da categoria. A diretoria foi renovada em uma eleição que contou com ampla participação dos sócios e está empenhada em ampliar e aprofundar o trabalho do Sindicato. Avançamos nas negociações coletivas, incluindo novas empresas e celebrando acordos que beneficiaram milhares de engenheiros em todo o Estado. Neste Senge Informa, apresentamos um balanço geral das atividades desenvolvidas em 2007, tanto da atuação sindical voltada para a defesa dos engenheiros nas relações de trabalho e para o resgate do papel social do engenheiro e da engenharia em nosso país, quanto da inserção do Sindicato na sociedade e dos serviços e benefícios que presta aos seus associados. Veja nas páginas 5 a 8.



Assembléia de aprovação do acordo na Cemig



Lançamento da cartilha TV Digital



Reunião com engenheiros em Uberlândia



XVII Seminário Anual

Prioridades para 2008

Negociações coletivas, garantia do Salário Mínimo Profissional, estratégias de interiorização, ampla divulgação da ART e eleições no sistema Confea/Crea. Essas são algumas das prioridades do Senge-MG para 2008. O debate dessas questões e as estratégias de ação a partir delas concentraram as atenções do Conselho Diretor, que realizou, em 30 de novembro, sua primeira reunião após a posse da nova Diretoria. Veja mais detalhes na página 4.

O arquiteto das curvas livres

“A arquitetura não é o mais importante. Arquiteto que se preza luta contra a pobreza, contra as diferenças sociais. A idéia de nacionalismo e patriotismo também pesa muito”. Com declarações como esta, lúcido e engajado nas causas sociais, o arquiteto das curvas livres, Oscar Niemeyer completou 100 anos no dia 15 de dezembro. Com a exposição *Poética das Curvas*, o Senge-MG prestou uma justa homenagem ao arquiteto. Veja na página 11.

Contribuição sindical

A manutenção da atividade sindical é um debate recorrente no Congresso e na mídia. Na maioria das vezes são utilizados argumentos distorcidos para bombardear as contribuições que sustentam a estrutura sindical e, em consequência, a luta dos trabalhadores. O objetivo é enfraquecer os sindicatos e facilitar o avanço do capitalismo que não respeita direitos e conquistas. Veja na página 9 a importância da contribuição para se ter um sindicato forte e independente.

Editorial

Tempo de avançar

Este é o momento e o espaço apropriados para uma reflexão sobre o que realizamos, sobre os avanços conquistados e o que nos reserva o futuro. O ano de 2007 foi marcado por dois importantes acontecimentos: o Sindicato completou 60 anos de fundação e realizou as eleições para a renovação de sua diretoria. Nas comemorações dos 60 anos, foram reafirmados os compromissos e as bandeiras de luta da entidade, sempre em defesa da categoria, da engenharia nacional e da construção de um país mais justo para todos os brasileiros.

Para levar este trabalho à frente, uma nova diretoria, composta por 65 engenheiros e engenheiras de todo o Estado, recebeu o aval dos associados do Sindicato, em uma eleição que contou com altos

níveis de participação. Desde o início da formação da chapa, vários debates foram realizados, com a discussão dos problemas da categoria, elaboração de diagnósticos e definição de prioridades. Nesta gestão, iniciada em novembro de 2007, todo o trabalho que o Sindicato realizou nos últimos três anos será aprofundado e ampliado com a mobilização e participação dos companheiros de todas as regiões do Estado. Nas páginas 3 e 4 deste jornal, estão colocadas as prioridades e as estratégias que vão pautar as ações do Senge-MG nestes três próximos anos.

O momento é, também, de prestação de contas. Nas páginas 5 a 8 procuramos resgatar um pouco do que foi feito no último ano para proporcionar melhores serviços e benefícios aos

nossos associados. Quanto à atuação sindical, o Senge priorizou as negociações salariais, como forma de ampliar conquistas econômicas e sociais. Lutou firmemente pela defesa do Salário Mínimo Profissional e levou as suas posições, em defesa dos trabalhadores, aos mais diferentes fóruns, sejam eles governamentais ou não.

Por outro lado, foram reforçados os serviços e benefícios prestados aos associados, bem como ampliados os instrumentos de informação e comunicação com a categoria. O Departamento Jurídico continua atento na defesa dos direitos individuais e coletivos dos engenheiros. Além disso, o Sindicato mantém diversos convênios, plano de saúde em condições especiais e oferece

cursos pontuais de qualificação profissional.

Este é, também, o momento em que a categoria é chamada a contribuir para a manutenção do Sindicato com o pagamento do Imposto Sindical. Sempre defendemos que esta não é a melhor forma de fortalecer os sindicatos e que o imposto deve ser substituído por uma contribuição que esteja atrelada à atuação da entidade nas negociações salariais. Por outro lado, não podemos concordar que seja extinto sem que se defina uma outra forma de financiamento dos sindicatos que não comprometa a sua independência e capacidade de luta em defesa dos trabalhadores. Esta posição faz parte da proposta que encampamos para Reforma Sindical.

Associados elegem novos conselheiros

O Senge Minas Gerais realizou, no dia 8 de janeiro de 2008, eleição para a escolha dos novos conselheiros que vão representar a entidade no Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (Crea-MG), no processo de renovação

do terço. A eleição foi direta e os sócios do Sindicato elegeram a única chapa inscrita. A lista, com os escolhidos, será encaminhada pela diretoria do sindicato ao CREA-MG, dentro dos prazos regimentais. Estes são os novos conselheiros eleitos:

- **CÂMARA DE ENGENHARIA ELÉTRICA:** Hamilton Silva (Titular) e Augusto César Pirassinunga (Suplente)
- **CÂMARA DE AGRONOMIA:** Vânia Barbosa Vieira (Titular)
- **CÂMARA DE ENGENHARIA CIVIL:** Fernando de B. Magalhães (Titular) e Néelson Gonçalves Filho (Suplente)
- **CÂMARA DE ENGENHARIA MECÂNICA:** Antônio Lombardo (Titular) e Carlos Alberto de O. Joppert (Suplente)
- **CÂMARA DE ENGENHARIA MECÂNICA:** Antônio Marcos Belo (Titular) e Carlos José Rosa (Suplente)
- **CÂMARA DE ENGENHARIA MECÂNICA:** Arnaldo Rezende de Assis (Titular)

EDITAL - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

SINDICATO DE ENGENHEIROS NO ESTADO DE MINAS GERAIS - SENGE-MG
RUA ESPÍRITO SANTO, 1701 – CEP 30160-031 – BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 20.123.428/0001-39
CÓDIGO DA ENTIDADE SINDICAL – 012.356.87377-7

Pelo presente edital que se publica para cumprimento do art. 605 da CLT, o Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais faz saber aos engenheiros que exercem a profissão no Estado de Minas Gerais que, em Assembléia Geral Ordinária da categoria realizada no dia 29-11-2007, foi estabelecido o valor da contribuição sindical para o exercício 2008 em R\$107,66 (cento e sete reais e sessenta e seis centavos). Conforme o art. 583 da CLT, o vencimento é 29-02-2008 e as guias serão enviadas aos engenheiros cadastrados no Senge-MG. Aqueles que não a receberem, poderão retirá-la no site www.sengemg.org.br. Os profissionais com registro em carteira optantes pelo pagamento direto devem apresentar a guia quitada ao seu empregador logo após o vencimento, para evitar o desconto a que se refere o Art. 580, I e 582 da CLT. Os empregadores que possuem em seus quadros de empregados profissionais engenheiros que exercem a profissão, em conformidade com o Art. 582 da CLT, ficam obrigados a efetivar o desconto da Contribuição Sindical de seus empregados representados por este Sindicato, caso os mesmos não apresentem as guias quitadas após o vencimento de 29-02-2008. O referido desconto deve ser efetuado nos salários de março/2008 e recolhido em guia fornecida pelo Sindicato até dia 30-04-2008. O não recolhimento da contribuição direta pelos engenheiros e pelos empregadores nas datas previstas implica em multa de 10% nos primeiros 30 dias, com adicional de 2% a cada mês subsequente de atraso, juros de mora de 1% ao mês e correção monetária, conforme o Artigo 600 da CLT, além das sanções previstas nos artigos 606, 607 e 608 da CLT. As guias devem ser retiradas no site www.sengemg.org.br. Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2007. (a) Nilo Sérgio Gomes – Presidente do Senge-MG.



Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais

Rua Espírito Santo, 1.701
Bairro Lourdes - CEP 30160-031
Belo Horizonte-MG
Tel.: (31) 3271.7355
Fax: (31) 3226.9769
e-mail: sengemg@sengemg.org.br
site: www.sengemg.org.br

GESTÃO 2007/2010 - DIRETORIA EXECUTIVA - Presidente: Nilo Sérgio Gomes; **Vice-presidente:** Vicente de Paulo Alves Lopes Trindade; **2º Vice-presidente:** Rubens Martins Moreira; **Secretário Geral:** Raul Otávio da Silva Pereira; **1º Secretário:** Eustáquio Pires dos Santos; **1º Tesoureiro:** Anivaldo Matias de Sousa; **2º Tesoureiro:** Sávio Nunes Bonifácio. **DIRETORIAS DEPARTAMENTAIS - Negociações Coletivas:** Valmir dos Santos; **Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente:** Nara Julio Ribeiro; **Promoções Culturais:** Fernando Augusto Vilaça Gomes; **Relações Inter-Sindicais:** Jairo Ferreira Fraga Barrioni; **Saúde e Segurança do Trabalhador:** Arnaldo Alves de Oliveira; **Assuntos Jurídicos:** Paulo César Rodrigues; **Assuntos Comunitários:** Laurete Martins Alcântara Sato; **Imprensa e Informação:** David Fiúza Fialho; **Estudos Sócio-Econômicos:** Abelardo Ribeiro de Novas Filho; **Institucionalização:** Paulo Henrique Francisco dos Santos; **Aposentados:** Waldyr Paulino Ribeiro Lima. **DIRETORIAS RE-**

GIONAIS - Diretoria Regional Centro: Júnia Márcia Bueno Neves, Alfredo Marques Dyzin, Rosemary Antonia Lopes Faraco, Daniel Meinberg Shimidt de Andrade, Clóvis Scherner, Clóvis Geraldo Barroso, Hamilton Silva, Augusto César Santiago e Silva Pirassinunga, Anderson Rodrigues, Pedro Carlos Garcia Costa, Antônio Lombardo, Débora Maria Moreira de Faria. **Diretoria Regional Norte Nordeste:** Aliomar Veloso Assis, Rômulo Buldrini Filogônio, Jessé Joel de Lima, Antônio Carlos Sousa, Aloísio Pereira da Cunha, Guilherme Augusto Guimarães Oliveira. **Diretoria Regional Zona da Mata:** João Vieira de Queiroz Neto, Eduardo Barbosa Monteiro de Castro, Carlos Alberto de Oliveira Joppert, Francisco Antônio Nascimento, Maria Angélica Arantes de Aguiar Abreu, Silvío Rogério Fernandes. **Diretoria Regional Triângulo:** Ismael Figueiredo Dias da Costa Cunha, Antônio Marcos Belo. **Diretoria Regional Vale do Aço:** Ildon José Pinto, Antônio Azevedo, José Couto Filho, Antônio Germano Macedo. **Diretoria Regional Campos das Vertentes:** Domín-

gos Palmeira Neto, Wilson Antônio Siqueira, Néelson Henrique Nunes de Souza. **Diretoria Regional Sul:** Antônio Iates-ta, Fernando de Barros Magalhães, Paulo Roberto Mandello, Néelson Benedito Franco, Néelson Gonçalves Filho, Arnaldo Rezende de Assis, João Batista Lopes Júnior, Eberth Antônio Pi-antino, Júlio César Lima. **CONSELHO FISCAL:** Luiz Antônio Fazza, Vânia Barbosa Vieira, Luiz Carlos Sperandio No-gueira, Dorivaldo Damascena, Marcelo de Camargos Pereira



Jornalista responsável: Miguel Ângelo Teixeira – **Redação e Edição:** Miguel Ângelo Teixeira e Luiza Nunes de Lima **Logística de distribuição:** Juliana, Ferreira e Renato. **Arte final:** Viveiros Edições (8872-6080) - **Impressão:** Segrac

Diretoria toma posse e define prioridades

A nova diretoria do Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais (Senge-MG) tomou posse, no dia 30 de novembro, em evento que contou com a presença de sindicalistas, representantes do movimento social, políticos e centenas de engenheiros e engenheiras que foram dar o seu apoio e incentivo aos novos diretores da entidade. O encontro foi o fechamento de uma série de atividades, iniciadas no dia 29 com a realização da Assembléia Geral Ordinária Anual e que teve prosseguimento no dia 30, com a reunião do Conselho Diretor para definição do planejamento e das estratégias de ação do Sindicato em 2008.

Eleita nas eleições realizadas entre os dias 26 e 28 de setembro, que contou com grande participação dos associados, a nova diretoria é composta por 65 engenheiros e engenheiras de todo o Estado, representando uma ampla composição de forças que tem como objetivo dar continuidade e ampliar o trabalho que a entidade realizou nos últimos três anos. Para tanto, o Sindicato vai priorizar quatro grandes frentes de trabalho, definidas pelo Conselho Diretor, que são as negociações coletivas, a defesa intransigente do Salário Mínimo Profissional, o aprofundamento do processo de interiorização e uma participação efetiva nos rumos do sistema Confea/Crea.

O presidente do Sindicato, Nilo Sérgio Gomes, reforça tais propostas. "Vamos fazer uma defesa intransigente em relação à questão do piso salarial para os engenheiros. Essa é uma lei histórica que tem que ser respeitada. E também vamos ter um compromisso muito grande com a nossa participação efetiva nas negociações coletivas", afirma.

Quanto ao processo de interiorização, na atual diretoria foram eleitos diretores para as regionais Campos das Vertentes, Centro, Norte e Nordeste, Sul, Triângulo, Vale do Aço e Zona da Mata. Para o engenheiro Raul Otávio da Silva Pereira, secretário geral do Sindicato, "a efetivação da regionalização do Sindicato se dará através do entendimento e do conhecimento dos profissionais dessas regionais e da participação dos respectivos diretores em cada local de trabalho".

O diretor de Interiorização, Paulo Henrique Francisco dos Santos, explica que a interiorização da atuação do Senge-MG será feita por meio de ações que estendam a presença do Sindicato ao maior número de municípios possível. O trabalho inicial será feito através das regionais. Uma das prioridades dessa proposta é trabalhar para conseguir atrair engenheiros para as cidades do interior, uma vez que faltam profissionais especializados. "O emprego longe das grandes cidades é muito desvalorizado. Por isso, pretendemos promover a valorização da figura do engenheiro e lutar pelo respeito ao Salário Mínimo Profissional da categoria para estimular a procura por postos de trabalho nos municípios menores", conta Paulo Henrique.

Outro ponto que terá destaque na atuação do Sindicato é a situação dos engenheiros autônomos. Segundo Nilo Sérgio, a intenção é buscar uma maior integração entre o Sindicato e tais profissionais e lutar contra as formas de contratação que significam a precarização das

relações de trabalho.

A inserção do Senge nas lutas dos movimentos sociais e dos engenheiros do setor público municipal também estão na pauta do Sindicato e vão merecer atenção especial. "Temos como meta para 2008 rea-

lizar o Congresso de Engenharia do Setor Público Municipal, ampliando essa luta, no futuro, para os engenheiros do setor público estadual, setores onde os engenheiros possuem a menor média de remuneração", completa Nilo Sérgio.



Liderada pelo engº Nilo Sérgio Gomes (foto), a nova diretoria definiu como prioridades as negociações coletivas, a defesa intransigente do Salário Mínimo Profissional, o aprofundamento do processo de interiorização e uma participação efetiva nos rumos do sistema Confea/Crea

DIRETORIA DO SENGE-MG

Diretoria executiva

Presidente: Nilo Sérgio Gomes – Engenheiro Eletricista - CEMIG

Vice-presidente: Vicente de Paulo Alves Lopes Trindade – Eng. Eletricista - Prodabel

2º Vice-presidente: Rubens Martins Moreira – Eng. Químico CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear)

Secretário Geral: Raul Otávio da Silva Pereira – Eng. Eletricista - CEMIG

1º Secretário: Eustáquio Pires dos Santos – Eng. Civil - Aposentado

1º Tesoureiro: Anivaldo Matias de Sousa – Eng. Eletricista – Sociedade Mineira de Cultura PUC Minas

2º Tesoureiro: Sávio Nunes Bonifácio – Eng. Civil - Copasa

Compõem ainda a Diretoria, os diretores departamentais, os diretores regionais (Centro, Zona da Mata, Norte e Nordeste, Triângulo, Campos das Vertentes, Vale do Aço e Sul), além dos membros do Conselho Fiscal. Os nomes destes diretores estão no Expediente, na página 2.



Diretoria do Senge-MG - gestão 2007/2010

Conselho Diretor elege estratégias de ação para 2008

Eleições no Crea-MG e no Confea, negociações coletivas, garantia do Salário Mínimo Profissional, estratégias de interiorização e ampla divulgação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Essas são algumas das prioridades do Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais (Senge-MG) para 2008. O debate dessas questões e as estratégias de ação a partir delas concentraram as atenções do Conselho Diretor, que realizou, em 30 de novembro, sua primeira reunião após a posse da nova Diretoria.

Na abertura do encontro, pela manhã, o presidente da entidade, Nilo Sérgio Gomes, fez um balanço das principais questões em pauta, como a defesa da manutenção do imposto sindical – hoje a maior fonte de renda do Sindicato –, a construção da nova sede da entidade e outras questões debatidas ao longo do dia. O vice-presidente do Senge-MG, Vicente Trindade, e o secretário Geral, Raul Otávio, analisaram outras questões, como a participação do Sindicato no 8º Consenge, e apresentaram um balanço das realizações no período 2006/2007.

Na sequência, o economista José Prata fez uma análise da conjuntura econômica em Minas e no país e das perspectivas para os trabalhadores em geral. Ele foi otimista em sua avaliação sobre a retomada do crescimento e a participação das diversas categorias profissionais nesse novo contexto.

Na parte da tarde, foram realizados trabalhos em grupo para a



O secretário geral Raul Otávio no grupo de trabalho que discutiu as negociações coletivas

definição de objetivos e ações relacionados a quatro grandes frentes de atuação do Sindicato: Interiorização, Eleições no Sistema Confea/Crea, Negociações Coletivas e Salário Mínimo Profissional.

Os resultados dos trabalhos dos grupos foram apresentados, debatidos e aprovados em plenário como deliberações oficiais do Conselho Diretor. Confira, a seguir, como o Sindicato pensa estas quatro grandes frentes de atuação.

Interiorização

A interiorização do Senge significa levar todo o trabalho que hoje vem sendo implementado em

BH e Região Metropolitana para as principais cidades do interior e os municípios de sua influência. Em Juiz de Fora, por exemplo, já existe uma experiência de sucesso – a Regional Zona da Mata. Um dos objetivos da nova diretoria é ampliar cada vez mais o atendimento aos engenheiros em todo o Estado de Minas Gerais.

Eleições no Sistema Confea/Crea

Neste ano haverá eleição para a presidência do Confea e Crea. O processo eleitoral se dá por meio de eleição direta em todo o Estado de Minas Gerais, na qual vo-

tam engenheiros, geólogos, arquitetos e técnicos de nível médio. O objetivo do Sindicato é inserir-se no processo, interpretando e defendendo os anseios e os interesses legítimos dos engenheiros e da engenharia.

Negociações Coletivas

O Senge não tem ainda recursos para assumir, em sua plenitude, as negociações que envolvam toda a categoria em Minas. Um crescimento gradual da participação da entidade é, no entanto, totalmente viável. Com o um planejamento estratégico eficaz, o Sindicato pode-se tornar uma referência nacional em termos de negociação coletiva. Nesse sentido, a entidade deve priorizar, em 2008, algumas empresas e órgãos públicos para que se tenha uma atuação mais intensa e efetiva.

Salário Mínimo Profissional

Muitas empresas não cumprem a Lei 4.950A, que garante o pagamento do SMP para a categoria. No setor público, o quadro é ainda pior, com registros de salários aviltantes. Além do trabalho de esclarecimento, com a divulgação da Cartilha do Salário Mínimo Profissional, o Sindicato vai continuar acompanhando de perto as ações de fiscalização da DRT e do Crea e pretende agendar reuniões sempre que houver abertura por parte das empresas e prefeituras.

Assembléia define metas orçamentárias

Com o objetivo de definir as metas orçamentárias para a atuação do Sindicato em 2008, foi realizada no dia 29 de novembro, na sede do Sindicato dos Economistas de Minas Gerais, a Assembléia Geral Ordinária Anual do Senge Minas Gerais. Os sócios presentes debateram diversos assuntos de interesse da categoria, como a deliberação sobre as contas do exercício de

2006, orçamento para 2008 e definição dos valores do Imposto Sindical e Anuidade Social. A Assembléia aprovou, por aclamação, o indicativo para que o Sindicato tenha sua sede própria, seja ela através de aquisição direta de imóvel, seja através da construção ou outra modalidade que for mais benéfica para seus associados.

Seguindo parecer do Conselho Fiscal, a Assembléia aprovou

as contas e balanços do exercício de 2006. A previsão orçamentária para 2008 foi aprovada na sua totalidade pelos sócios presentes. A Assembléia sugeriu, ainda, que as previsões sejam acompanhadas e, se necessário, revistas pelo Conselho Diretor em suas reuniões ordinárias previstas para o próximo ano.

Quanto ao Imposto Sindical e a Anuidade Social para 2008, a Assembléia Geral definiu os va-

lores de R\$ 107,66 e R\$ 150,00, respectivamente. O primeiro representa um e trinta avos do Salário Mínimo Profissional dos engenheiros para uma jornada de oito horas diárias (R\$ 3.230,00). Já a anuidade, teve o seu valor reduzido em relação a esse ano, passando a representar 56,5% do Salário Mínimo, menos a parte que cabe ao Senge do Imposto Sindical (60%).

60 anos de lutas e conquistas

O ano de 2007 foi de avanços e grandes conquistas para o Senge-MG e os engenheiros e engenheiras de Minas Gerais. A principal delas foi comemorar os 60 anos de atuação do Sindicato. Uma história de lutas em defesa dos engenheiros, da engenharia e de toda a sociedade, que começou em 25 de agosto de 1947 e foi construída ao longo de seis décadas, com a participação de toda a categoria. Durante todo este tempo, além de atuar firmemente nas questões trabalhistas e sindicais, o Sindicato pode orgulhar-se de ter estado ao lado da sociedade, defendendo as suas principais bandeiras, como a luta pela democratização do país, por uma constituinte cidadã, contra as privatizações e o crescimento das desigualdades sociais.

As comemorações dos 60 anos foram iniciadas em setembro de 2006, com uma solenidade na Câmara de Diretores Lojistas de Belo Horizonte (CDL), oportunidade em que foram homenageados os ex-presidentes e ex-diretores da entidade, bem como personalidades que deram a sua contribuição para a luta dos trabalhadores. Os ex-presidentes homenageados foram Tha-



O presidente do Senge-MG, Nilo Sérgio Gomes, recebe o vereador Tarcísio Caixeta a homenagem pelos 60 Anos do Sindicato.

les Lobato (1977/81), Luís de Vasconcelos (1981/84), José Március de Carvalho Vale (1987/90), Maria Cristina de Sá Oliveira Matos

Brito (1990/95) e Rubens Martins Moreira (1995/2004).

Em setembro de 2007, a Câmara Municipal de Belo Horizonte,

numa iniciativa do vereador Tarcísio Caixeta (PT), homenageou o Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais com o diploma de Honra ao Mérito pela passagem dos seus 60 anos de fundação. A homenagem aconteceu em reunião solene realizada no Plenário Amintas de Barros e contou com a presença de autoridades, sindicalistas, diretores e ex-diretores do Sindicato, além de um grande número de associados.

O presidente do Senge-MG, Nilo Sérgio Gomes, que recebeu o diploma em nome do Sindicato, estendeu a homenagem a todos os que construíram a história da entidade ao longo das últimas seis décadas. O presidente Nilo Sérgio, também, homenageou o vereador Tarcísio Caixeta com quadro alusivo à sua participação na história do Sindicato. O último evento dos 60 anos foi a exposição "Niemyer – Poética das Curvas", em homenagem aos 100 anos do arquiteto (veja mais detalhes na página 11).

Cartilha apresenta TV Digital

A implantação da TV Digital no Brasil foi tema importante para o Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais (Senge-MG), em 2007. Foram organizadas oficinas e debates no início do ano, que contaram com a participação do ministro das Comunicações, Hélio Costa. Este traçou um histórico do processo de implementação da TV Digital no Brasil, justificou a escolha da tecnologia japonesa e falou dos próximos passos que serão dados pelo Governo para viabilizar a sua implantação nos prazos definidos.

O Sindicato também editou, em parceria com o Crea-MG, a Cartilha TV Digital no Brasil, que responde às dúvidas e explica, de maneira simples, as modificações que o sistema de transmissão televisiva irá sofrer. Além disso, a publicação esclarece a escolha pelo modelo japonês, os impactos da tv digital sobre o público e as emissoras e como a tecnologia

brasileira vai fazer parte do processo. O lançamento da cartilha contou novamente com a presença do ministro Hélio Costa, do presidente do Senge-MG, Nilo Sérgio Gomes, do professor da PUC-RJ e responsável pelo conteúdo da cartilha, Marcos Dantas e da professora da UFMG, Regina Mota.

Hélio Costa elogiou a cartilha, atribuindo isenção ao material. "É uma cartilha muito equilibrada. Ela cumpre mesmo seu papel de esclarecer o cidadão sobre o assunto", disse o ministro. Para ele, a criação de tal material e a realização de debates demonstra uma mobilização em torno do assunto que não foi vista, por exemplo, quando ocorreu a digitalização da telefonia celular. O Sindicato de Engenheiros ma-



nifestou sua disposição de contribuir para que o debate chegue de fato à população e que a democratização da comunicação seja realmente contemplada nesse projeto.

Ministro das Comunicações, Hélio Costa, no lançamento da cartilha TV Digital no Brasil

Ações rendem R\$ 2,2 mi a engenheiros

As ações judiciais impetradas pelo Senge-MG renderam aos engenheiros mais de R\$ 2,2 milhões em 2007. Foram concluídos 71 processos, 343 pessoas foram atendidas pessoalmente no plantão de nossos advogados e 1179 tiveram o atendimento por telefone. Hoje o setor jurídico possui 655 processos em andamento. O serviço de assistência jurídica é oferecido a todos os engenheiros, sócios e não sócios do Sindicato.

Os engenheiros podem recorrer a três tipos de ações por meio do Sindicato: ações trabalhistas, ações previdenciárias e ações do FGTS. Em 2007, houve um aumento da demanda por ações relacionadas ao descumprimento da lei do Salário Mínimo Profissional, que se tornou a principal demanda do setor, e também de ações relacionadas à rescisão de contratos de trabalho. Houve também um número considerável de ações contra a União, por cobranças indevidas de Imposto de Renda sobre férias indenizadas. O serviço de assistência jurídica está disponível para engenheiros sócios ou não do Sindicato. Para usufruir o serviço basta agendar um horário com as advogadas Katarina Andrade Amaral Motta ou Elizabeth Maria Mariano de Almeida, que integram o Plantão Jurídico, pelo telefone (31) 3271-7355.

Banco de Talentos

O Senge-MG oferece aos engenheiros o seu Banco de Talentos, no qual os profissionais podem fazer o cadastro do currículo. O Sindicato, de acordo com a demanda das empresas, faz a análise dos currículos e encaminha os que estiverem dentro do perfil desejado. O serviço é gratuito e aberto a todos os engenheiros, não só aos associados, e é prestado pela entidade para aumentar as chances e facilitar a procura dos engenheiros por novos empregos. Os interessados devem enviar o currículo para o e-mail: administrativo@sengemg.com.br.

Cursos de qualificação

Com o objetivo de auxiliar na qualificação profissional dos engenheiros, o Senge-MG oferece, anualmente, diversos cursos nas diferentes áreas de atuação da

categoria. Os cursos são oferecidos através de convênios firmados entre o Sindicato e empresas públicas ou privadas. Em 2007 foram oferecidos os cursos de AutoCad básico, MS Project básico e avançado, Auditoria Ambiental, Técnicas de negociação com neurolinguística, entre outros.

Oportunidades de Trabalho

O Sindicato de Engenheiros, com o objetivo de ajudar os engenheiros na procura por novos

postos de trabalho, oferece em seu site (www.sengemg.com.br) a seção Oportunidades de Trabalho. Nela, disponibiliza informações sobre vagas de emprego, estágio, trainee e concursos para facilitar a busca dos profissionais e estudantes de Engenharia. A atualização da página é feita na medida em que vão surgindo as vagas.

Plano de Saúde

O Senge Minas Gerais mantém convênio com a Unimed BH

para todos os engenheiros filiados ao Sindicato e quites com a anuidade social e seus dependentes. Existem dois planos: Unimax e Unipart. O Unimax é um plano completo sem participação. O Unipart é um plano com co-participação em que o associado paga um valor pré-fixado nas consultas, exames básicos e especiais, internações em enfermaria e apartamento. A assistência odontológica e o transporte aeromédico são opcionais. Os titulares do plano de saúde podem ter como dependentes filhos solteiros (de qualquer idade), esposa ou companheira e pais ou sogros (se forem dependentes no Imposto de Renda). A adesão ao plano de saúde deve ser feita na sede do Senge Minas Gerais, à rua Espírito Santo, 1701, Lourdes - BH.

Homologações

O serviço de homologação de rescisão de contrato de trabalho prestado pelo Sindicato garante aos engenheiros demitidos a certeza de que estarão recebendo corretamente o que têm direito. A homologação é a revisão dos valores de um contrato de trabalho e o Sindicato é obrigado por lei a oferecê-lo para os engenheiros contratados a mais de um ano pela empresa. No entanto, os profissionais contratados a menos de um ano também podem procurar o Senge Minas Gerais para conferir os valores do seu contrato.

Em 2007, o Senge-MG realizou a homologação de 859 profissionais. O maior número de demissões ocorreu entre os engenheiros civis (408), seguidos dos engenheiros mecânicos (167) e dos engenheiros eletricitas (125). Em relação ao ramo de atividade, a consultoria ficou em primeiro lugar, com 234 demissões. Em segundo ficou a construção civil, com 204 demissões, seguida do setor metalúrgico, que acumulou 178 demissões. O número de engenheiros com salário abaixo do Mínimo Profissional, estipulado em 8,5 salários mínimos para uma jornada de 8 horas de trabalho, foi de 72.

Anuidade Social Premiada

A Anuidade Social Premiada é uma maneira de retribuir a fidelidade dos associados e também de estimular a participação no Sindicato. José Henrique Dias Cardoso, engenheiro aposentado de Juiz de Fora foi o ganhador do notebook com o programa Intellicad instalado. Gustavo José Pereira, sócio desde 1992, ganhou o GPS veicular. O terceiro prêmio foi entregue a Flávio Antônio Jorge Daguer, contemplado com o Smartphone Palm. Na foto, os diretores da Regional Zona da Mata fazem a entrega do notebook ao engº José Henrique Dias Cardoso.



Qualificação Especial

Dentro da sua política de investir na valorização profissional do engenheiro, o Senge-MG premiou um associado para participar do Salão Internacional da Construção (BATIMAT/2007), realizado de 5 a 10 de novembro, em Paris, França. O sócio premiado, engenheiro geólogo Marcos Tadeu Vaz de Melo, viajou com todas as despesas pagas, incluindo passagem aérea, hospedagem, alimentação e acesso ao Salão. O BATIMAT é um salão multi-especializado da construção civil.



Na foto, a assessora do Sindicato, Dirlene Trindade, entrega o prêmio ao engº Marcos Tadeu.

Negociação salarial é prioridade

As negociações salariais são a principal prioridade do Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais (Senge-MG). Em 2007, a atuação do Sindicato foi fundamental para o desfecho positivo de várias campanhas, quando mostrou grande comprometimento e seriedade no trabalho realizado para mobilizar os engenheiros e engenheiras para a conquista, manutenção e ampliação de direitos que assegurassem melhores condições de trabalho e de vida para toda a categoria.

Urbel

O Sindicato encontrou uma situação complicada na Urbel. Os problemas começaram em 2004, quando a empresa deixou de cumprir com uma parte do acordo de reajuste feito em 2001. Estava previsto o pagamento da quarta parcela de um aumento que igualava os salários dos funcionários de nível superior ao dos engenheiros, que recebiam 8,5 salários. Porém, esse pagamento não foi feito e os salários não foram reajustados de acordo com o aumento do salário mínimo, inclusive o dos engenheiros. Com o apoio do Senge-MG, os trabalhadores mobilizaram-se e, depois de dois anos sem acordo coletivo e de cinco meses de negociações, aprovaram um acordo que restabeleceu a data-base no dia 1º de maio, concedeu um reajuste de 6,9% para todos os trabalhadores, além de uma gratificação para os funcionários que atuam em campo.

Cemig

As negociações com a CEMIG também foram tensas. O principal ponto de conflito foi provocado pela proposta de retirada da Maria Rosa



Trabalhadores da Urbel aprovam o Acordo Coletivo de Trabalho

dos futuros funcionários da empresa em troca do pagamento de 6,4 remunerações para os atuais empregados. A primeira proposta feita pela empresa foi reprovada em assembleia geral. Apesar de manter a retirada da Maria Rosa, a segunda proposta da CEMIG, que apresentou algumas modificações e revisões, foi aceita pelos engenheiros e engenheiras da empresa. Segundo o novo texto, o reajuste oferecido passou de 4,7% para 5%, o Plano de Cargos e Remunerações (PCR) foi alterado com a promessa de uma elevação de 6% no salário de admissão das carreiras do PCR. Além disso, a CEMIG se comprometeu a cumprir a lei do Salário Mínimo Profissional dos engenheiros e dividiu as 6,4 remunerações em 6,0 remunerações proporcionais ao salário e 0,4 de remuneração linear, calculada em cima de R\$4.600,00, remuneração média da CEMIG.

Outras negociações

As negociações também foram

concluídas com a Vale, com a CPRM, com Furnas, Fiemg, Sinduscon e com o Sinaenco. No acordo coletivo firmado com a Vale, que passou a ter validade de dois anos, foi concedido um reajuste salarial de 7% para 2007 e 2008. Além disso, o acordo prevê o pagamento de um abono em duas parcelas de R\$ 1.200,00. Os trabalhadores na empresa tiveram, ainda, ganhos com segurança, uma vez que a empresa adotou medidas para minimizar os riscos de acidentes automobilísticos.

O acordo coletivo fechado com Furnas prevê um reajuste de 4,5%, um abono de 7,5% de uma remuneração mais uma parcela de R\$ 1.000,00. Já a convenção coletiva assinada com a Fiemg proporcionou 7,5% de reajuste, um dos maiores do país no setor metalúrgico, e conseguiu que as empresas que não oferecem Planos de Participação nos Resultados ou Lucros paguem aos trabalhadores 30% sobre o valor dos salários nominais.

A convenção coletiva 2007/2008 assinada com o Sinduscon garante um reajuste de 8,5% para os engenheiros da Construção Civil. O índice de aumento foi um dos maiores entre as categorias que tiveram negociações no segundo semestre de 2007. Descontada a inflação, o reajuste foi de 3,6%. Já a convenção coletiva fechada com o Sinaenco também garantiu aos engenheiros, agrônomos e arquitetos um reajuste salarial de 4,5%. O vale-refeição da categoria aumentou para R\$ 9,00 e o auxílio-creche ficou em R\$ 155,00. Na CPRM o reajuste conseguido na campanha salarial nacional foi de 5,25%, correspondente ao IPCA e 1,5% de aumento real.

ÍNDICES CONQUISTADOS	
SINDICATO/EMPRESA	REAJUSTE
Sinduscon	8,5%
Fiemg	7,5%
Vale	7,0%
Cemig	5,0%
Sinaenco	4,5%
Urbel	6,9%
CPRM	5,25%
Furnas	4,5%

Nenhum direito a menos

O Senge-MG, junto com os trabalhadores de diversas categorias e movimentos sindicais e sociais, mobilizou-se pela manutenção do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Emenda 3. Além da defesa do veto presidencial, o movimento por "Nenhum direito a menos" destacou outros temas, como a reforma agrária, moradia popular, educação e saúde de qualidade, emprego e salários dignos. Além

disso, também foram motivos dos protestos a reforma previdenciária, o aumento da idade mínima para a aposentadoria, o projeto de lei que limita o reajuste do salário dos servidores públicos federais e o anteprojeto sobre o direito de greve dos servidores públicos.

A Emenda 3, que limita o poder de fiscalização do Executivo das relações de trabalho, é uma ameaça aos direitos dos trabalhadores. Incluída na lei que criou a

Super Receita, a emenda impede que fiscais do Ministério do Trabalho e da Previdência punam as empresas que contratam trabalhadores, utilizando o subterfúgio da Pessoa Jurídica. Com a emenda, esta relação só pode ser contestada na Justiça do Trabalho. Na prática, estão facilitando a vida das empresas que praticam fraudes contra os trabalhadores, como não assinar a Carteira de Trabalho e obrigar-los a abrir firma e

emitir nota fiscal, como se eles fossem grandes empresas prestadoras de serviço e não trabalhadores que dão expediente todo o dia e estão sujeitos a regras e disciplinas de quem é contratado formalmente. O presidente Lula vetou esta emenda e o Senge Minas Gerais, assim como todo o movimento sindical, é a favor do veto que, até hoje, ainda não foi examinado pelo Congresso.

Sindicato debate grandes temas sociais

O Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais promoveu, em 2007, importantes debates sobre temas ligados ao desenvolvimento sustentado do país, ao meio ambiente e à luta por melhores condições de vida para os habitantes dos centros urbanos.

Em agosto, o Sindicato realizou seu XVII Seminário Anual, cujo tema foi o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo federal e o Saneamento Ambiental. O debate se deu em torno da importância da engenharia para o desenvolvimento sustentado do país e o papel da categoria na execução do PAC. Dentro do contexto, tiveram destaque as questões relativas à universalização do Saneamento Ambiental, que têm sido objeto de mobilização do Sindicato, como na defesa da Copasa e na reativação da Frente Estadual de Saneamento (Fesa).

O Senge adotou, na ocasião, a cartilha "Entendendo o Saneamento Ambiental no Brasil", editada, originalmente, pela Fisenge e reimpressa pelo Sindicato. A cartilha contém informações importantes para a construção dos planos municipais de saneamento e está sendo distribuída amplamente em todo o Estado.

Trânsito em Juiz de Fora

O II Seminário Regional do Senge-MG, realizado no dia seis de março pela Diretoria Regional Zona da Mata, teve como tema a Linha Férrea em Juiz de Fora. A principal conclusão do evento foi que a transposição da linha férrea que corta o centro de Juiz de Fora precisa ser feita com urgência e, para tanto, é necessária a mobilização da sociedade. Para João Vieira de Queiroz



O XVII Seminário Anual debateu as questões relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Saneamento Ambiental.

Neto, diretor regional do Sindicato, mesmo se o contorno ferroviário for construído, a transposição é necessária porque a linha vai continuar interferindo no deslocamento da população. "A mobilidade das pessoas fica prejudicada. A população fica privada de seu direito de ir e vir", afirma João Queiroz. Além disso, a presença dos trens em meio ao trânsito representa um risco a mais para os moradores da cidade.

Resíduos Sólidos

O Senge-MG também participou da organização do Seminário sobre Resíduos Sólidos, que aconteceu em outubro em parceria com o CREA e outras entidades ligadas à engenharia. Foram discutidas políticas públicas e tecnologias para serem aplicadas na área de saneamento ambiental, além de temas como os re-

curso disponíveis para municípios com até 50 mil habitantes, foi apresentada a experiência de sucesso da coleta seletiva realizada em Londrina, no Paraná, que teve grande êxito por incluir os catadores no processo.

O pano de fundo do seminário foi a discussão em torno de alterações na lei do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) ecológico. A conclusão a que os participantes chegaram foi de que a lei precisa ser alterada para beneficiar municípios que praticam a coleta seletiva, a compostagem, incluem catadores e/ou outras pessoas e que possuam planos de gerenciamento para os resíduos que produzirem.

Conferência das Cidades

O Sindicato esteve presente em todas as etapas da 3ª Conferência das Cidades, junto com os movimentos sociais e populares, participando dos debates e apresentando propostas para a melhoria das condições de vida das populações urbanas. Nas etapas municipais, estadual e nacional foram discutidos temas como as intervenções urbanas e a desigualdade sócio-territorial; a criação de cidades mais democráticas, sustentáveis e justas; e a elaboração de políticas setoriais e atuação conjunta das esferas de governo.

Conselho de Desenvolvimento

O presidente do Sindicato, Nilo Sérgio Gomes, foi eleito integrante do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, durante a etapa estadual da 3ª Conferência das Cidades. Ele fará parte do Conselho no período de 2008 a 2011. O Conselho é consultivo e deliberativo e cabe a ele, entre outras funções, recomendar programas, instrumentos, normas e prioridades da Política Estadual de Desenvolvimento Regional e Urbano. Também compete ao Conselho propor diretrizes para ações de fiscalização de loteamentos irregulares ou clandestinos e incentivar a criação, a estruturação e o fortalecimento de conselhos municipais afetos à política de desenvolvimento urbano.

Senge Informa

O debate de temas sociais importantes também esteve nas edições do jornal do Sindicato. Foram abordadas questões ligadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), à mulher trabalhadora, biocombustíveis, resíduos sólidos e as reformas política, trabalhista e da previdência social, dentre outras. O plebiscito sobre a privatização da Vale do Rio Doce também teve espaço no jornal e apoio do Sindicato.



O Seminário regional da Zona da Mata colocou em pauta o mínimo profissional e o transporte em Juiz de Fora

Contribuição fortalece luta do trabalhador

A manutenção da atividade sindical é um debate recorrente no Congresso e na mídia. Na maioria das vezes são utilizados argumentos distorcidos para bombardear as contribuições que sustentam a estrutura sindical e, em conseqüência, a luta dos trabalhadores. Na verdade, o objetivo é enfraquecer os sindicatos de trabalhadores e tornar mais fácil o avanço do capitalismo selvagem que não respeita direitos e conquistas.

Um passeio pela história das relações de trabalho no mundo mostra o quanto o trabalhador foi explorado e a importância dos sindicatos para a classe trabalhadora na organização e encaminhamento de suas lutas e reivindicações por melhores condições de trabalho e vida. Portanto, uma organização sindical, livre e independente, é uma conquista que deve ser preservada e ampliada por todos os trabalhadores.

Para manter a estrutura sindical, mobilizar a categoria e proporcionar melhores serviços e benefícios, os sindicatos dependem da contribuição de todos os trabalhadores de sua base. Basicamente, são três as principais receitas dos sindicatos: o imposto sindical, a contribuição social e a taxa assistencial.

Imposto Sindical

Estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o chamado imposto sindical ou contribuição sindical é a principal fonte de receita dos sindicatos. O seu recolhimento é obrigatório e os valores repassados para os sindicatos (60%), para as federações (15%), para as confederações (5%) e 20% para a conta especial emprego e salário do Ministério do Trabalho.

A Nota Técnica CGRT/SRT Nº 60/2005 do Ministério do Trabalho esclarece que o valor do imposto sindical devido por todos os trabalhadores, inclusive o profissional liberal, entre eles, os engenheiros,

é o equivalente a um dia de salário. Respaldado na Constituição Federal e com a aprovação da Assembléia Geral da categoria, o Senge Minas Gerais definiu o valor de R\$ 107,66 (cento e sete reais e sessenta e seis centavos) para o Imposto Sindical de 2008, que corresponde a um dia de salário tendo como base o Salário Mínimo Profissional do engenheiro. Esse valor deve ser pago até o dia 29 de fevereiro de 2008 e uma cópia da guia quitada apresentada ao departamento pessoal da empresa, evitando o desconto de um dia de salário no mês de março.

Para o Senge Minas Gerais, a obrigatoriedade do imposto sindical não contribui para fortalecer o movimento sindical. Entretanto, a sua simples extinção significa o enfraquecimento dos sindicatos e fragilização das relações de trabalho. O Sindicato defende a substituição do imposto pela contribuição negocial, decidida em assembléia geral e atrelada à participação das entidades nas negociações salariais. Este é um dos pontos da proposta de Reforma Sindical defendida pelo Senge Minas Gerais.



Contribuição Social

Para os fins legais, os sindicatos se equivalem às associações civis sem fins lucrativos. Como associações, são formados por um quadro de filiados, os quais contribuem, por adesão, com mensalidades ou anuidades para a manutenção da estrutura sindical, cujos valores e forma de cobrança são definidos em Assembléia Geral do Sindicato. No Senge Minas Gerais, a anuidade vigente tem o valor de R\$ 150,00 e os aposentados têm desconto de 50%. Para os engenheiros que têm salários abaixo do mínimo profissional, a anuidade é proporcional à sua remuneração e os profissionais que se encontram desempregados estão isentos até que retomem as suas atividades.

Ao se tornar sócio do Senge Minas Gerais, além de garantir direitos trabalhistas, o engenheiro tem acesso a plano de saúde e diversos convênios médicos e odon-

tológicos, assistência jurídica, cursos de atualização e aperfeiçoamento profissional e outros serviços e benefícios que estão à disposição dos associados. E o que é principal, está integrado à luta política empreendida pela entidade há mais de 60 anos, em prol dos engenheiros e de toda a engenharia.

Taxa Assistencial

A taxa assistencial, que também é chamada de taxa de fortalecimento sindical ou taxa negocial, é decidida em assembléias gerais específicas da categoria, conforme prevê o inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal de 1988, e se destina a cobrir os custos de campanhas salariais. Normalmente é cobrado após a celebração de um instrumento coletivo de trabalho. Diferentemente da contribuição social que é definida e paga somente pelos associados, esta taxa é definida em Assembléia da qual participam associados e não-associados. Os trabalhadores que não concordarem com a sua cobrança podem se opor através de carta enviada ao sindicato.

Imposto em xeque

O Senado restabeleceu a obrigatoriedade do imposto sindical que havia sido extinta pela Câmara dos Deputados. Aproveitando o projeto de lei que previa o reconhecimento formal das centrais sindicais, os deputados aprovaram emenda acabando com o imposto sindical para os trabalhadores e estabelecendo a possibilidade de fiscalização das entidades pelo Tribunal de Contas da União (TCU). As medidas adotadas pela Câmara não atingiam as entidades empresariais. Além de restabelecer a cobrança, os senadores estenderam a fiscalização aos empregadores, um dos pontos polêmicos do projeto.

Com a mudança, o projeto volta à Câmara para nova votação.

O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, prometeu enviar ao Congresso, até fevereiro, uma proposta para criar uma contribuição negocial sindical, que vai reunir três impostos: a contribuição confederativa, a contribuição assistencial e o imposto sindical. O tributo terá uma alíquota compulsória do salário mensal dos trabalhadores, mas o percentual será definido nas assembléias das negociações coletivas. Com a criação da nova contribuição, o imposto sindical obrigatório será extinto.

Nilo Sérgio Gomes, presidente do Senge-MG, acredita que mu-

dar a contribuição é necessário, mas não é suficiente. "Sou a favor da taxa negocial, desde que implantada juntamente com outras resoluções, principalmente as da Organização Internacional do Trabalho que possibilitam a ação dos dirigentes sindicais dentro de valores universais, como a liberdade de organização no local de trabalho. Não adianta nada mudar a forma de sustentar a estrutura sindical se também não mudar a forma de agir dos empregadores", pondera.

Nilo Sérgio avalia como positiva a regulamentação das centrais sindicais. "As centrais sindicais são o elo entre os trabalhadores e o poder dominante no país, ou seja, com o setor político. Elas são fundamentais para discutir questões comuns a todos os trabalhadores, como o salário mínimo nacional", conclui o presidente do Senge-MG.

Participação do movimento social marca Conferência das Cidades

Cerca de 2.300 pessoas participaram da 3ª Conferência Nacional das Cidades, realizada em Brasília, entre os dias 25 e 29 de novembro. O evento contou com a participação do Senge-MG, representado pelos diretores Nilo Sérgio Gomes, Laurete Martins Alcântara Sato, Waldyr Paulino Ribeiro Lima e João Vieira de Queiroz Neto. "A Conferência foi muito boa, não houve tumulto e a participação foi grande, principalmente dos movimentos populares", comentou Laurete Martins, diretora de Assuntos Comunitários do Sindicato.

Durante o evento foram apresentadas 100 propostas, dos 3.175 municípios que participaram da Conferência, das quais foram aprovadas 35. O ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida, pediu ênfase na discussão de políticas públicas em relação às demandas individuais de cada município. A Conferência se dividiu entre as plenárias e os grupos de discussão específicos, que debateram as propostas para que, em seguida, fossem aprovadas ou não. De acordo com Waldyr Paulino Ribeiro Lima, diretor do departamento de Aposentados do Senge-MG, a Conferência Nacional das Cidades foi muito produtiva e houve uma maior participação nesta edição do que nas edições anteriores. "Não só a quantidade de pessoas que participaram aumentou, como também o número de representantes do Sindicato. Antes, tivemos dois delegados e agora foram três delegados mais o presidente do Senge-MG, Nilo Sérgio Gomes".

Foram organizadas 16 salas de discussão que se dividiram entre sete

sub-temas pautados para a Conferência. Foram eles as intervenções urbanas e a integração de políticas; as intervenções urbanas e o controle social; as intervenções urbanas e os recursos; capacidade administrativa e de planejamento e estrutura institucional; receitas municipais e ampliação de receitas próprias; sistema nacional de desenvolvimento urbano e política nacional de prevenção; e mediação de conflitos fundiários urbanos.

No debate sobre o sub-tema receitas municipais e ampliação de receitas próprias, foram aprovadas 11 propostas das 13 que foram sugeridas nos grupos de discussão. A criação de um programa para conscientização sobre a obrigatoriedade constitucional da cobrança de impostos e sobre a responsabilidade social e fiscal e a criação de um programa federal de financiamento estão entre as deliberações do debate. Já sobre o sub-tema capacidade administrativa e de planejamento e estrutura institucional, foram aprovadas 15 das 17 propostas feitas.

Houve, também, uma reunião com a Caixa Econômica Federal para que a instituição liberasse o financiamento de casas populares para pessoas com renda a partir de um salário mínimo. O financiamento para quem ganha acima de três salários.

A Conferência Nacional das Cidades contou, ainda, com a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, segundo a engenheira Laurete, foi muito bem recebido e aplaudido pelos movimentos sociais.

Licença maternidade pode ser ampliada

As trabalhadoras brasileiras podem ganhar o direito de passar mais tempo com seus filhos recém-nascidos. Duas propostas estão em tramitação no Congresso Nacional para que a licença maternidade que, atualmente, é de quatro meses passe a ser de seis. Há diferenças entre as propostas, entretanto.

O projeto de lei 281/05 da senadora Patrícia Saboya (PDT) foi aprovado no Senado em outubro e prevê um aumento de dois meses na licença maternidade, que poderá ser negociado entre as trabalhadoras e a empresa. De acordo com a proposta, os primeiros quatro meses seriam bancados pela Previdência Social, como já acontece, e os 60 dias adicionais seriam pagos pelos empregadores. A iniciativa é facultativa, porém, as empresas que aderirem ao Programa Empresa Cidadã, que será criado pelo projeto de lei, poderão descontar integralmente o valor pago às funcionárias pelo tempo adicional do cálculo do Imposto de Renda.

O objetivo da senadora é destacar a importância de um maior tempo de contato entre a mãe e o bebê após o nascimento. A renúncia fiscal, se todas as empresas aderirem ao programa, seria de R\$ 500 milhões. Atualmente, o Sistema Único de Saúde (SUS) gasta R\$ 400 milhões no atendimento a crianças menores de um ano vítimas de pneumonia, o que poderia ser evitado com um tempo de aleitamento materno maior. A proposta seguiu para a Câmara dos Deputados e aguarda análise e nova votação.

O Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais (Senge-Mg) apóia o aumento da licença



maternidade. "É muito comum ver, nas empresas, mulheres que estão quase dando à luz ainda trabalhando. Elas deixam para tirar a licença apenas quando o bebê nasce mesmo para poderem passar mais tempo com os filhos. Isso está virando rotina dentro das empresas e, por si só, já evidencia a necessidade de expandir a licença maternidade", avalia Nilo Sérgio Gomes, presidente do Senge-MG.

Iniciativa na Câmara

A proposta de emenda constitucional da deputada Ângela Portela (PT-RR), que também prevê o aumento da licença maternidade para seis meses, foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. O projeto será analisado por uma comissão especial para, em seguida, ir para o plenário. Se aprovado, segue para o Senado. O objetivo da proposta é tornar o tempo de licença maternidade condizente com o tempo de aleitamento materno incentivado pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial de Saúde. Pela proposta da deputada, a licença será bancada, em sua totalidade, pela Previdência Social.

No Brasil, a licença maternidade foi criada pela Constituição de 1934, com duração de 84 dias. Apenas na Constituição de 1988 o benefício foi ampliado para 120 dias.



Os delegados João Vieira de Queiroz, Laurete Sato e Waldyr Paulino representaram o Senge-MG na Conferência Nacional

OSCAR NIEMEYER

O arquiteto das curvas livres

Arquiteto das curvas livres, Oscar Niemeyer completou 100 anos no dia 15 de dezembro, com um legado de mais de 600 obras arquitetônicas espalhadas por todo o mundo, sendo cerca de 60 construídas só em Brasília. Nascido no Rio de Janeiro, em 1907, e considerado o mais importante arquiteto brasileiro deste século em função da quantidade e qualidade de obras construídas, Niemeyer iniciou sua carreira no escritório de Lúcio Costa, em 1934, quando se graduou na Escola Nacional de Belas Artes.

A partir do instante em que substituiu Costa na coordenação do grupo que desenvolveu os estudos de Le Corbusier para o edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, Niemeyer desempenhou o papel principal na corrente modernista que privilegiava a expressão plástica. Em 1947, o edifício-sede da Unesco, nos Estados Unidos, proporciona mais uma vez a Niemeyer a oportunidade de dividir com Le Corbusier o projeto definitivo que funde as propostas independentes de cada um dos arquitetos.

A arquitetura de Brasília, prevista nos esboços com que Lucio Costa concorreu ao concurso internacional de projetos para a nova capital do Brasil, foi o impulso definitivo de Niemeyer na cena da história internacional da arquitetura contemporânea. As cúpulas côncava e convexa do Congresso Nacional e as colunas dos palácios da Alvorada, do Planalto e da Suprema Corte, configuram signos originais. Agregando-os às espetaculares formas das colunas da Catedral e dos palácios Itamaraty e da Justiça, Niemeyer encerra a perspectiva ortogonal e simétrica formada pelo ritmo repetitivo dos edifícios da Esplanada dos Ministérios.

O uso das estruturas em concreto armado em formas curvas ou em casca e as explorações inéditas das possibilidades estéticas da linha reta se traduziram em fábricas, arranha-céus, espaços para exposições, residências, teatros, templos, edifícios-sede de empresas dos setores público e privado, universidades, clubes, hospitais e equipamen-

tos para diversos programas sociais. Desse temas sobressaem-se os seguintes trabalhos: a Obra do Berço e sua residência na Estrada das Canoas, no Rio de Janeiro; a fábrica Duchon, o edifício Copan e o Parque do Ibirapuera, em São Paulo; o conjunto arquitetônico da Pampulha, com o Cassino, o Restaurante e o Templo de São Francisco de Assis, em Belo Horizonte; o projeto para o Hotel de Ouro Preto (Minas Gerais), o Museu de Caracas (Venezuela), a sede do Partido Comunista (Paris), a sede da Editora Mondadori (Milão), a Universidade de Constantine (Argélia) e o Museu de Arte Contemporânea de Niterói (Rio de Janeiro).

Apesar da idade, Niemeyer não deixou a prancheta de lado e trabalha até hoje em projetos arrojados. No ano passado, foram inaugurados em Brasília o Museu Nacional e a Biblioteca Nacional, fechando o complexo cultural do qual já faz parte o Teatro Nacional.

No norte da Espanha, fez o projeto do Centro Cultural Internacional Niemeyer de Avilés, orçado em 30,5 milhões de euros, cerca de R\$ 80 milhões. Será o maior complexo cultural da Espanha, em uma área de 222 mil metros quadrados.

(Fontes: www.niemeyer.org.br e www.senado.gov.br)



O Vice-prefeito de BH, Ronaldo Vasconcelos, o diretor de Promoções Culturais, Fernando Vilaça, e o Presidente do Senge-MG, Nilo Sérgio Gomes



Diretores do Senge-MG recebem o Vice-prefeito de Belo Horizonte, Engº Ronaldo Vasconcelos

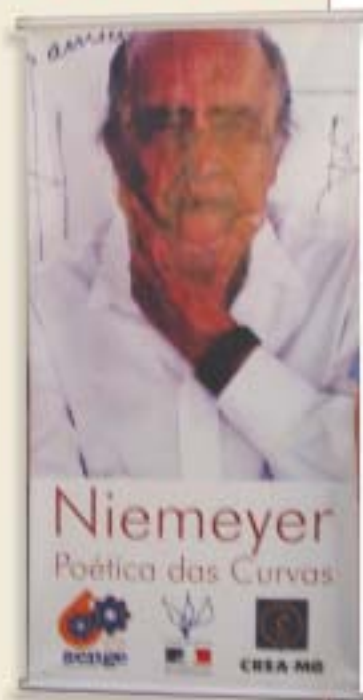
Exposição mostra obra de Niemeyer

O Sindicato dos Engenheiros no Estado de Minas Gerais encerrou as comemorações de seus 60 anos com uma justa homenagem ao arquiteto Oscar Niemeyer. De 3 a 21 de dezembro promoveu, na Galeria do Crea-MG a exposição *Poética das Curvas*, que apresenta a produção contemporânea do arquiteto. Em vinte painéis, que já foram expostos em aula inaugural na Escola de Arquitetura da França, em Paris, Niemeyer explica o porquê de não usar o ângulo reto, além de apresentar desenhos e croquis concebidos enquanto esteve exilado na Europa.

A exposição coincidiu, também, com a comemoração do centenário de Niemeyer e com o aniversário de Belo Horizonte. O evento, que teve o apoio do Crea-MG, apresentou, além de desenhos e croquis, poesias de Niemeyer, em francês com tradução para o português.

No aniversário de Belo Horizonte, 12 de dezembro, o vice-prefeito e prefeito em exercício da cidade, Ronaldo Vasconcelos Novais, visitou a exposição. Recebido pelo presidente do Senge-MG, Nilo Sérgio Gomes, pelo diretor de promoções culturais, Fernando Vilaça, e por diversos diretores do Sindicato, o vice-prefeito recebeu informações e percorreu a mostra do arquiteto que tem importantes obras na capital do Estado.

*"Não é o ângulo reto que me atrai,
Nem a linha reta, dura, inflexível,
Criada pelo homem,
O que me atrai é a curva livre e sensual,
A curva que encontro nas montanhas do meu país,
No curso sinuoso dos seus rios,
Nas ondas do mar,
No corpo da mulher preferida.
De curvas é feito todo o universo,
O universo curvo de Einstein."*



IMPOSTO SINDICAL

Consciência Política e Cidadania!



Engenheiros da Cemig aprovam Acordo Coletivo de Trabalho negociado pelo Sindicato

A luta em defesa de seus direitos e reivindicações, bem como por melhores condições de vida e trabalho, depende de você.

- O imposto sindical vence no dia 29/02/2008. O pagamento deve ser efetuado por todos os engenheiros que exercem a atividade profissional.
- O valor para este ano é de R\$ 107,66 (Cento e sete reais e sessenta e seis centavos).
- Os engenheiros com carteira assinada devem apresentar à empresa em que trabalham, em tempo hábil, uma cópia da guia quitada, evitando o desconto de um dia de salário do mês de março.
- Caso não tenha recebido pelo Correio a guia para o pagamento, ela está disponível no site www.sengemg.org.br ou em nossa sede e poderá ser paga em toda rede bancária (preferencialmente pela internet) ou casas lotéricas.
- O pagamento de outro valor que não o estipulado acima, exceto o equivalente a um dia de salário, é ilegal e implica em medidas judiciais.
- O Imposto Sindical é hoje a principal fonte de receita dos sindicatos. Do total pago pelos engenheiros, somente 60% fica com o sindicato. O restante é dividido entre o Ministério do Trabalho, a Confederação e a Federação da categoria.

senge
MINAS GERAIS

Rua Espírito Santo, 1701 - Bairro de Lourdes

CEP: 30160-031 - Belo Horizonte-MG

Tel.: (31) 3271.7355 - Fax: (31) 3226.9769

e-mail: sengemg@sengemg.org.br - site: www.sengemg.org.br

Pague corretamente o seu Imposto Sindical.

É uma questão de consciência política e cidadania.